

NOVAS TECNOLOGIAS: o governo eletrônico na perspectiva da governança.

Aires José Rover¹, Orides Mezzaroba²

Resumo

Ao longo dos séculos, diversos Estados passaram a utilizar a democracia como forma de governo, de tal maneira que na atualidade a democracia está presente nos ordenamentos jurídicos da grande maioria dos países. Com o advento das TICs, e principalmente com a internet e o desenvolvimento do governo eletrônico (e-Gov), surge a possibilidade de criação de novos institutos democráticos ou sua adaptação em face da democracia eletrônica, que deve ser compreendida em todas as suas dimensões principalmente a partir da emergência da internet e da participação direta do cidadão na política mediante o uso das novas tecnologias.

Palabras chave

Democracia. governo eletrônico. sociedade da informação.

Abstract

Nowadays, many countries have been formed and started to use the democracy as government form, the democracy is still present in the legal systems of the great majority of them. With the advent of the ICT, and mainly with the InterNet and the development of

¹ Doutor em direito e professor da UFSC

² Doutor em direito e professor da UFSC

the e-government (e-Gov), the possibility of creation of new democratic systems or its adaptation or evolution for the e-democracy to understand it in both dimensions, as a teleological system and also observed from the emergency of the InterNet and the direct participation of the citizen in the politics by the use of the new technologies.

Keywords

Democracy. e-government. information society.

1 Introdução

Pensar o mundo e as relações humanas a partir de novos paradigmas introduzidos pela era virtual. As Novas Tecnologias de Informação e de Comunicações se apresentam como uma realidade objetiva e concreta diante das relações humanas. Frente a essa nova realidade o desafio que se apresenta é de como delimitar o espaço entre criador (homem) e sua criação (tecnologia). As necessidades intrínsecas do homem serão superadas pelas novas tecnologias ou essas se apresentam tão somente como meios para que o homem possa buscar respostas mais satisfatórias para seus problemas? Diante dessa relação existiria algum limite para o processo interativo entre a tecnologia e o homem?

O presente texto busca discorrer sobre questões essenciais que se julga indispensável para que se possa ter uma compreensão mais ampla possível sobre a relação que se está estabelecendo entre o homem e a tecnologia.

O pressuposto básico é de que a tecnologia se apresenta como meio e como tal deve ser tratada. O fim está no homem. Na sua busca constatare pela satisfação de suas necessidades e realização enquanto um ser social e dependente de relações entre si. Para isso, a existência de espaços comunicativos, abertos, públicos e livres são necessários. O homem enquanto sujeito primário no processo de conhecimento deve estar em primeiro lugar. É ele quem deve ser o titular absoluto dentro do processo criativo de comunicação. As Novas Tecnologias de Informação e de

Comunicações se apresenta nessa relação como meros instrumentos facilitadores para o processo interativo de comunicação e aperfeiçoamento das relações humanas.

Enfim, a partir desse texto se pretende introduzir alguns parâmetros essenciais para que se possa estabelecer um diálogo mais humano entre as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicações com o princípio democrático da inclusão política.

2 A tecnologia: o princípio

A experiência tecnológica não é novidade dentro do contexto histórico-evolutivo da humanidade. A utilização de instrumentos tecnológicos faz parte da história cotidiana do homem. A sua presença deriva da própria deficiência orgânica da raça humana. O homem é deficiente em seus sentidos em decorrência disso depende da adaptação inteligente do ambiente natural às suas imperfeições (GEHLEN, 1980).

A tecnologia pode ser definida como todo instrumento artificial cuja função é de controle da natureza, em contraposição ao mundo dos homens. A tecnologia é uma construção cultural cujos objetos são criados pelo homem e têm por objetivo prolongar o corpo e os sentidos do próprio homem.

Dentre tantas possibilidades e tendências cíclicas nem sempre positivas, há o fato de que a história se repete como farsa (MARX) e a tecnologia, evidentemente, é o instrumento fundamental desses movimentos da sociedade humana.

Na contemporaneidade o homem vive num mundo em que a vagareza do ritmo biológico não determina mais a evolução da sociedade humana, mas o mundo da velocidade de transporte digital das informações. O indivíduo pós-moderno não tem mais tempo e por todos os lados está cercado por máquinas que, em princípio, podem lhe tirar a consciência do trabalho que realiza, e, por conseguinte, sua capacidade de criação no mundo.

A matéria-prima desta nova realidade está na informação que diretamente molda, mas não é determinante no processo da

existência individual e coletiva da humanidade. O sistema está organizado em rede, bem adequada à crescente complexidade das interações que ocorrem. A flexibilidade do sistema possibilita que o processo seja reversível, bem como que as organizações e instituições sejam modificadas pela auto-organização de seus componentes.

As condições do mundo moderno são complexas e requerem a ordenação de quantidade infinita de informações. No passado, o fator tempo se apresentava como um aliado importante no processo de verificação das informações, o que possibilitava a construção do conhecimento de dentro para fora. Na atualidade esse processo se apresenta mais complexo, as informações ocorrem de forma mais rápida, fazendo com que o sujeito do conhecimento muitas vezes só se manifeste de forma aparente sobre a realidade.

A alta velocidade das informações na atualidade produz volatilidade, efemeridade, instantaneidade e descartabilidade das mesmas. Em consequência essa realidade passa a significar solidão e morte. "Montar um animal ou sentar-se num veículo automotor é preparar-se para morrer no momento da partida e renascer na chegada. [...] O aumento da velocidade é a curva de crescimento da angústia. A velocidade de deslocamento não é mais do que a sofisticação da fuga". (VIRILIO, 1980, p. 43-47).

A solidão dos motoristas no trânsito, das pessoas diante de uma televisão decorre da utilização da máquina como um fim em si mesmo. Há um esvaziamento das relações de comunicação decorrente dessa distância que se estabelece através das máquinas. A observação direta dos fenômenos visíveis é substituída por uma teleobservação. Não há mais espaço social, apenas trajeto, movimento, imagens em movimento. O vizinho passa a ser um estranho (VIRILIO, 1986).

Quanto maior a velocidade dos movimentos, mais rápido o tempo passa, mais o ambiente se priva de significação, pois menor é o registro do ambiente. A paisagem desaparece com a velocidade. (VIRILIO, 1984, p.43). Viver uma vida elevada a uma potência

jamais imaginada faz com que o prazer do novo tenha que ser renovado em outro objeto de prazer. Esse processo de envelhecimento decorre da impossibilidade de atingir o significado mais profundo desses objetos. Isto exige tempo e atenção, conexão direta com o mundo, coisas que a sociedade atual passa a negar por pressuposto.

A informática transforma radicalmente os processos de trabalho e produção, bem como as formas de sociabilidade. Indivíduos e coletividades se movem e se reproduzem cada vez mais através das técnicas e procedimentos informáticos, mediados em âmbito local, nacional, regional e mundial. A produção, distribuição, troca e consumo dos mais diversos bens como a educação e a saúde, o esporte e a religião, a política e o governo estão passando por esse processo de mediação tecnológica (IANNI, 2003). Este não é apenas um processo de representação do mundo (conhecer), mas também um estado de ação no mundo, pressuposto para sua reconstrução.

Então, cabe perguntar em que medida a “razão instrumental”, presente nessa transformação, elimina a “razão crítica” acelerando o processo de desencantamento do mundo? A sociedade que se institui cada vez mais no mercado mediado pela mídia tende a destruir, inexoravelmente, o espaço público?

Parece evidente que esse processo de mediação tecnológica leva ao alheamento dos indivíduos como parte de uma coletividade identificada em um espaço público, mediados pela política. A ágora eletrônica pode se tornar um grande simulacro no qual o indivíduo plugado significa apenas conectado a máquinas, nada mais. Instala-se um sentimento de segurança irreal, em que todos são levados a sentir-se como se estivessem isentos dos riscos e males da vida em sociedade. Enfim prisioneiros das tecnologias, da cultura de massa em escala mundial, dos mitos e mitologias secularizadas (IANNI, 2003).

Esse processo de mediação tecnológica pode ser ainda mais radical, ultrapassando a versão clássica (prometéica) de domínio técnico da natureza, que mantém sua fé no progresso material e

melhora das condições da existência humana. Seria o caso de viver hoje um momento fáustico da tecnociência, de impulso cego para o domínio e apropriação total da natureza, tanto exterior quanto interior do corpo humano. Baseado na biotecnologia, o objetivo seria a transcendência do ser humano, uma verdadeira superação da condição humana e dos limites ligados à sua materialidade, através da decifração do mistério da vida. Institui-se uma forma de biopoder baseado na possibilidade do surgimento de sociedades de controle (MEDEIROS, 2003).

A possibilidade de riscos e perigos faz parte da natureza de qualquer evento em transformação. Riobaldo, personagem da obra Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa, dizia que viver é perigoso. A inteligência na humanidade permitiu a organização (dominação) pelo trabalho (atividade) e assim a criação da tecnologia (produto). Com o passar dos tempos a tecnologia se tornou fator preponderante no processo de produção e transformação da própria humanidade, diminuindo os perigos e aumentando os riscos. O perigo, portanto, é o risco que a cada dia se realiza e materializa na atualidade.

Os riscos decorrentes do processo evolutivo são intrínsecos, eles são proporcionais a maior ou menor dependência material e psicológica do homem em relação as suas criações (máquinas). O inverso dessa lógica, ou seja, máquinas inteligentes dependendo, nos mesmos termos, do homem não parece ser hoje uma idéia tão absurda. Pelo menos essa hipótese já é devidamente considerada pela indústria cinematográfica, restando a dúvida de até onde a máquina pode ir sem depender do homem. Certamente, as máquinas não substituirão o homem, mas o envolverão completamente, dando-lhe mais poder sobre a natureza e a sociedade. Mais real é a preocupação com processos que somente as máquinas podem realizar ou cujo controle humano é precário. O risco da falta de controle estará sempre presente.

A palavra chave nessas situações de risco está na responsabilidade. Este é o antídoto sobre qualquer risco que se torne um perigo. Quem é quem entre os agentes que em diversos níveis são

responsáveis pelas conseqüências de atos ou omissões realizadas? Definir este cenário parece mais inteligente e com certeza é uma tarefa regulatória de difícil realização, haja vista que, bem ou mal, a responsabilidade das decisões recai cada vez mais sobre os sistemas e as pessoas não se sentem mais repensáveis por elas. Não há ninguém para culpar se algo não funcionar: culpa-se o sistema. É o sistema que não funciona. Afinal, que sistema é esse? Onde está o sistema?

Beck (2003) fala de uma sociedade que entra em uma fase de modernização reflexiva, na qual ela se torna tema para si mesmo e causa de instabilidades e riscos que as novidades tecnológicas e organizacionais lhe provocam. Nessa sociedade do risco o princípio da precaução tem seus limites, fazendo com que a reflexão sobre si mesma se torne fundamental. Por isso, para ser contra o uso de determinada tecnologia não se exige nenhum conhecimento, mas para ser a favor, é necessário muito saber. Como na contemporaneidade poucos sabem e grande parte das reflexões existentes é contaminada pelo conhecimento ideológico, senso comum ou religioso torna-se difícil verificar se o princípio da precaução está ou não sendo aplicado de forma responsável. Por sua vez, a ciência se torna cada vez mais tecnociência, voltada para a busca de respostas para os problemas imediatos da humanidade, quase sempre sob a mediação e controle mercado econômico. De qualquer forma todo esse conhecimento acumulado tem causado um processo crescente de libertação do homem dos mitos (desencantamento) e conseqüente substituição da imaginação pelo conhecimento dos fatos. O preço que o homem paga pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exerce poder. O Ser revela-se e subtrai-se no mesmo momento. O homem da ciência conhece as coisas somente na medida em que ele pode fabricá-las. E isso geralmente significa a dominação do homem sobre o próprio homem (ADORNO, 1986).

De outro lado, há um avanço da cidadania no seu sentido mais amplo, desde a luta pelos direitos civis, políticos e sociais. Ao mesmo tempo, a acumulação econômica vem se reproduzindo em setores cada vez mais amplos e diferenciados. Essa ampliação só está sendo possível graças ao complexo científico-tecnológico fundado a partir de um projeto de racionalidade no qual o indivíduo passa a ser considerado o centro do universo. A informática, nesse sentido, é a evolução natural da razão instrumental. Neste nível do problema uma condição técnica é importante: como não se pode informatizar a desordem, ao homem coube aliar o seu potencial de criação à necessidade de organizar a vida em bases lógicas.

Portanto, parte-se da necessidade de se construir uma forma de organização de sociedade na qual a ordem e a mudança sejam possíveis e favorecidos pelas novas tecnologias. Vivemos hoje um momento no sistema em que há um ponto de instabilidade, chamado de “ponto de bifurcação”, o qual pode derivar para um estado totalmente novo, ou seja, uma nova ordem. (Capra, 2002, p. 30). Nesse contexto, a capacidade humana de criação deve ser a base de tudo e o agir criativo não deve ter fronteiras, nem mesmo os limites dados entre trabalho manual e intelectual. O público não pode ser considerado apenas como massa de consumidores e de espectadores que se satisfaçam apenas com o que o sistema cria.

Declarar essa crença é acreditar na necessidade do surgimento do novo cidadão, muito além do consumidor/cidadão de hoje, um homem cuja atuação e responsabilidade abrange não apenas uma parcela econômica e política do agir humano, mas toda a totalidade da vida. As incertezas são muitas e as dificuldades ainda maiores: a única certeza factual que se vislumbra nas transformações encaminhadas pela informática até hoje é o aumento da densidade de meios de intervenção da sociedade sobre si mesma (TOURAINÉ, 1988).

O maior bem decorrente do progresso tecnológico não deve estar apenas voltado para a resolução de problemas materiais da humanidade, mas sim em permitir que a sociedade pense por si

mesma suas dificuldades de maneira autônoma. Recria-se permanentemente a cena pública, e com ela o espaço privado.

Para tanto é preciso aumentar a transparência da produção e distribuição das informações e facilitar a publicação de informações e proteger aquelas de caráter privado. São medidas de um regime caracteristicamente aberto e de uma sociedade que se organiza de forma transparente. O avanço das tecnologias digitais pode garantir a implantação desse processo.

Como se constata a humanidade há muito tempo vem sonhando com a utopia de um mundo universal, onde as pessoas possam estar mais próximas sem perder sua autonomia, onde o conhecimento (produto desta autonomia) pudesse ser apropriado o mais democraticamente possível. Este projeto teve diversas conotações: cultural, religiosa, econômica e, principalmente, política. Com o surgimento de alguns blocos econômicos dá-se início ao processo político-econômico. O desenvolvimento cada vez mais acelerado das tecnologias de transporte, de telecomunicação e de informática impulsiona irremediavelmente o projeto cultural.

Portanto, o progresso técnico não é em si bom e nem mau, mas apenas um instrumento para o desenvolvimento humano. A sociedade em seu papel de arauto e defensora dos valores humanos tem a obrigação de estabelecer parâmetros que impossibilitem o abuso do poder técnico daqueles que são os depositários da sua confiança. A nova cidadania na sociedade de informação exige um senso de responsabilidade e comprometimento com a humanidade, bem como compromisso teórico-político que enseje a consciência dos perigos e das vantagens que o progresso proporciona. A razão instrumental, que serve a um projeto de dominação, deve ser posta a serviço da emancipação do homem, buscando integrá-lo numa totalidade. Caso contrário, em vez da sociedade caminhar para o fortalecimento do projeto democrático, a queda para o totalitarismo pode ser inevitável, neste caso fortalecido pelos instrumentos tecnológicos.

A pergunta que permanece sem uma resposta consistente e articulada está em saber se com o desenvolvimento da tecnologia e das ciências moderna pode ser construída uma nova forma de relação de poder no interior da sociedade que não seja baseada na dominação técnica, mas num projeto político-ético emancipatório? Evidentemente, o maior ou o menor grau de controle sobre o cidadão (via os instrumentos informáticos) depende do nível de desenvolvimento político da sociedade, ao grau de comprometimento desta para com os valores democráticos, especialmente com o ideal de liberdade e igualdade de acesso.

É o acidente que nos torna consciente da substância (VIRILIO, 1986). Assim, da velocidade, da técnica decorre o acidente, as interrupções, a sua consciência. Como será resolvido o problema do acidente é que permanece a dúvida. As tecnologias ultrapassadas procuravam resolver esse problema pelo esquecimento ou apenas pela manipulação dos resultados.

Para Benjamin (1985), grande pensador da cultura de massa, as técnicas não teriam sentido em si mesmas e cujas significações dependeriam do uso que as sociedades podem fazer delas. McLuhan (1964, p. 10), ao contrário, afirmava que a forma também determinaria o significado, ao ponto de declarar que o meio seria a mensagem. O meio já não seria mais uma mediação de uma realidade para outra. Na atividade humana a tecnologia não seria apenas reprodutora, mas criadora de novos ciclos nesta atividade: “A tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo. [...] Os indivíduos são modificados por suas técnicas de comunicação. As primeiras mídias eram extensões do corpo e dos sentidos, dos olhos e dos ouvidos humanos. As telecomunicações constituem não somente extensões do sistema nervoso central, mas técnicas que sobre ele rebatem, determinando uma modelagem da sociedade”.

Para McLuhan (1964) o determinismo das tecnologias que servem de meio de comunicação acabaria produzindo profundo impacto nas relações sociais, ao ponto de afirmar que Gutenberg fez dos

homens leitores e os computadores em rede estão transformando os homens em autores.

O ponto vista de McLuhan é nitidamente otimista, cheio de esperança. Nesta perspectiva, ao contrário das velhas tecnologias analógicas, estruturalmente determinadas pela escassez, que sempre exigiam a alienação de parcela expressiva da sociedade, a tecnologia digital cria um novo mundo, mais complexo, com mais acesso e sem limites de fronteiras.

Os sistemas complexos trocam matéria, energia e informação dentro dele mesmo e com o ambiente, nele incluídos outros sistemas. Assim, esses sistemas podem se desenvolver caminhando para uma cada vez maior complexidade e melhor organização. Já os sistemas simples e fechados que, entregues a si próprios, caminham para um estado de maior desorganização, sob efeito da lei da entropia (2º princípio da termodinâmica).

A complexidade de um sistema varia em função do número de elementos e das relações entre eles e com o ambiente. Toda a realidade, que é essencialmente aberta, está organizada em níveis de complexidade ascendente, podendo representar um crescente menor controle heterônomo sobre as mudanças a partir de emergências de baixo para cima.

3 Cibernética: o espaço da governança e participação política

A palavra cibernética passou a ser utilizado nos meios acadêmicos entre a década de 1940 a 1950, quando determinadas áreas do conhecimento em busca de inovações em suas reflexões iniciam um processo de introdução de novas bases teóricas para suas pesquisas científicas a partir de tecnologias de informação e de comunicação. Com essa nova perspectiva, principalmente, nas áreas das engenharias, da física, da psicologia e da antropologia passa a haver significativo incremento na articulação comunicativa para o desenvolvimento de novas reflexões científicas. (LÉVY, 2002)

A expressão kubernétès que dá origem a palavra cibernética está relacionada com a idéia de piloto, ou seja, daquele responsável pela condução do leme. A partir dessa relação, a palavra cibernética passa a assumir o sentido de comando, de direção, de mando, e, de forma mais destacada, a idéia de governança.

Assim, a expressão governança deve ser compreendida como o ambiente em que prevalece a conexão interativa entre todos os atores envolvidos em determinada articulação comunicativa. A relação que deve prevalecer entre todos os envolvidos nesse processo deve ser horizontal. O princípio fundamental é de que todas as partes devem interagir de forma harmônica, sem qualquer desequilíbrio em suas relações. Ao condutor cabe a tarefa de agir sempre em consonância com a vontade dos conduzidos. Por sua vez a vontade dos conduzidos deve sempre estar refletida nos atos praticados pelo condutor, essa interação comunicativa é que garantirá a efetivação da boa governança e a participação de todos no comando.

A execução de qualquer comando só deverá ocorrer na medida em que houver um ambiente em que seja possível a interação e a circulação livre de comunicação entre todos os envolvidos. O pressuposto é de que em na organização exista espaços interativos de comunicação para que todos os membros participantes possam co-existir de forma democrática.

O espaço de comunicação que garante a interatividade entre todos os participantes do sistema é chamado de ciberespaço. Assim, ciberespaço pode ser compreendido como todo espaço em que exista a interação efetiva e dinâmica entre emissores e receptores de informação.

A expressão ciberespaço foi utilizada pela primeira pelo escritor William Gibson, em sua obra de ficção científica chamada Neuromante, nos anos de 1980. Daí em diante o termo ciberespaço passou a fazer parte em todos os debates relacionados com discussões sobre a cibernética. (LÉVY, 2002)

Gibson, em sua obra, utiliza o termo ciberespaço para designar o universo de redes digitais criados por empresas multinacionais em busca de novos espaços sócio-econômicos. Essas redes, por sua vez, estariam protegidas por programas hipersofisticados, o que lhes garantiria segurança absoluta em torno de suas informações internas.

O sistema criado por Gibson está representado por um conjunto de ilhas cercadas por uma complexa rede de dados em permanente interação. Esses dados se movimentariam em alta velocidade e ao mesmo tempo interagindo entre si bem como o ambiente externo, por isso estariam em constante transformação.

A partir dessa construção teórica de Gibson pode-se deduzir ciberespaço como o espaço que em se articulam procedimentos lingüísticos de compreensão e de interação entre os elementos envolvidos nesse processo. Na medida em que o espaço de participação existe esses elementos se tornam sujeitos potencialmente ativos tanto no controle como na formação em torno das decisões de interesse geral.

Ciberespaço, portanto, tem o significado de espaço no quais interesses diferentes passam a interagir e converter no processo de construção de decisões comuns que possibilitem a convivência harmoniosa e participativa entre todos que optam por viver sob determinado sistema social, político, econômico ou outro qualquer.

A circulação comunicativa, neste caso, não pode se restringir a alguns poucos membros da organização. As informações devem circular de forma aberta e livre de tal forma que a participação se torne um compromisso individual e coletivo. Individualmente cada qual estará expressando suas convicções e no coletivo a pessoa se realiza enquanto ser social e político. Assim, a construção de uma decisão coletiva acaba se transformando em decisões por adesão, em torno das quais cada membro individualmente ofereceu sua contribuição para o conjunto do grupo. A idéia é de que não existam vitoriosos ou derrotados. Na medida em que cada qual participou individualmente e foi convencido pelos demais

membros, a decisão passa a ser coletiva e não mais individual. Por outro lado, o sistema deve sempre possibilitar mecanismos de auto-reflexão em torno de suas próprias decisões. Nenhuma decisão deve se apresentar como absoluta e incontestável.

Para que haja efetiva cooperação cada membro individualmente deve ter a clareza que constitui o todo o qual deve funcionar de forma harmoniosamente, porém sempre deve prevalecer a idéia da diversidade e da individualidade no todo.

Quando se fala em ciberespaço não se trata de construir um espaço uniforme e padronizado. Muito pelo contrário, se trata de construir um espaço em que as partes se sintam integradas ativamente no todo. E que a totalidade seja a incorporação das partes. A totalidade não significa a soma das partes, mas uma perspectiva que pressupõe o indivíduo como ator e receptor da decisão.

Cada parte individualmente deve agir no sentido de buscar a realização de seus sonhos e desejos, no entanto deve-se ter a compreensão de que existem outros sonhos e desejos, os quais da mesma forma também devem ser respeitados. Enfim, será pelo processo comunicativo proporcionando pelo ciberespaço que cada membro de uma sociedade poderá interagir com o ambiente em que vive.

O ambiente do ciberespaço se concretiza na medida em que são institucionalizados os mecanismos adequados para que haja a interação entre todas as partes de um sistema. De outra parte, as partes só se realizam enquanto sujeitos ativos na medida em que se sente refletidas no todo, na medida em que espaço comunicativo se consolida.

A boa governança, portanto, pressupõe a existência de ciberespaço. E este para se materializar necessita que exista um universo de comunicação e linguagem acessível para todas as partes envolvidas. Esta característica é uma das garantias fundamentais para que cada parte envolvida tenha segurança que poderá usufruir plenamente a sua liberdade de expressão, comunicação e participação.

O ciberespaço não tem a característica de informar. Ele deve proporcionar o processo de interatividade entre todas as partes que compõe o sistema. O que vale afirmar é que o ciberespaço não é um fim em si mesmo, ele representa apenas um meio para a democratização da informação e a construção coletiva de decisões. Quanto maior a comunicação entre as partes, mais a democracia se ramifica. Mais a democracia consolida seus sustentáculos junto aos participantes do sistema.

4 Ciberdemocracia: o espaço de autocriação e recriação do governo eletrônico

A ciberdemocracia pode ser definida como “uma espécie de aprofundamento e de generalização [...], de uma diversidade livre em espaços abertos de comunicação e de cooperação”. Seguindo os pressupostos básicos da democracia que busca garantir a idéia de liberdade e da vontade coletiva, o ciberespaço se apresenta como importante ferramenta que busca garantir o espaço democrático de liberdade de expressão e de expressão. Esta conjugação de interesses entre democracia e ciberespaço pode possibilitar o surgimento de novos espaços de autocriação para todas as áreas do conhecimento (LÉVY, 2003, p. 31). Como também a ampliação da perspectiva para construção de modelos de governança que estejam cada vez mais afinadas com os princípios democráticos.

A construção da perspectiva do ciberespaço está proporcionando a ampliação do significado da expressão liberdade, tanto no plano individual como no coletivo, pelo fato de estabelecer novas perspectivas de comunicação, de construção de decisões coletivas e de interdependência entre as partes que compõem o sistema. Com o ciberespaço cada membro de um sistema dispõe de tecnologias sofisticadas e ágeis para expor suas idéias e estabelecer relações comunicativas através do mundo virtual.

Por sua vez, a existência do ciberespaço está possibilitando a formação de infinitas comunidades virtuais que passaram a

interagir de acordo com suas afinidades de pensamento e sonhos de mundo. Este fator está, sem dúvida alguma, contribuindo sobremaneira para fortalecer a construção de relações interpessoais universais que passa a agir de forma simétrica, sem qualquer interferência de ordem institucional.

Diante dessa nova realidade alguns cuidados devem ser muito bem observados:

- a) as novas tecnologias devem estar disponibilizadas para o maior número possível de pessoas;
- b) as informações disponíveis na web devem passar por uma depuração crítica por parte de todos os participantes da rede;
- c) ao sujeito navegador da web cabe a tarefa de não se postar diante da rede como um sujeito passivo absorvendo todas as informações que são apresentadas como absolutas e verdadeiras.

Se o ciberespaço pressupõe liberdade de circulação, cabe aos navegadores conduzirem suas navegações sempre pelo caminho mais confiável, mas sempre alerta quanto à segurança pela chegada. É o condutor quem deve escolher o caminho e não o inverso. Porém, qualquer caminho deve ser sempre bem analisado e estudado, a fim de que não se tenha surpresas inesperadas.

A teoria política a muito decifrou os limites do Estado contemporâneo, caracterizado que é por um governo de técnicos, pelo crescimento aparato burocrático, pelo sistema hierarquizado e pelo baixo rendimento do sistema democrático apontando para uma crescente ingovernabilidade. Tais fatores impediriam a participação dos indivíduos na tomada de decisões, seja pela dificuldade de acesso às informações, bem como pela dificuldade de compreensão de tais informações. Estes fatos demonstram o processo de contínuo aumento da complexidade do Estado. Isso também é demonstrado pelo aumento quantitativo dos órgãos tradicionais do Estado, bem como de outros institutos autônomos; como as empresas estatais, como também o aumento e diversificação das suas funções (GARCÍA-PELAYO, 1996).

Se por um lado parece fácil concluir pela democratização dessas relações, por outro não é possível deixar de verificar a dificuldade

em eliminar o poder invisível (BOBBIO, 1992) que gira em todo da atuação do Estado, através da ação de grupos organizados que fazem valer seus interesses particulares. É evidente que a Internet assume um papel fundamental para o controle e fiscalização da administração pública, bem como para desburocratizar as relações entre Estado e cidadão/consumidor.

Governo eletrônico ou e-government se caracteriza por uma infraestrutura única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a tecnologia da informação e da comunicação é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão. Assim, o seu objetivo é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparências das suas ações e incrementando a participação cidadã.

O governo eletrônico tem duas faces. Sob o ponto de vista do Estado é uma forma puramente instrumental de administração das funções do Estado (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário) e de prestação dos serviços públicos. Por sua vez, sob o ponto de vista da sociedade é uma das formas de realização dos fins estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito, utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação como instrumento de interação com os cidadãos.

A partir de uma perspectiva mais ampla, o governo eletrônico é uma forma de organização de informação e de conhecimento que permitirá que muitos atos e estruturas meramente burocráticas simplesmente desapareçam e a execução de tarefas que exijam uma atividade humana mais complexa seja facilitada.

O governo eletrônico pode ser dividido em três categorias: a) G2G, que envolve compras ou transações entre governos; b) G2B caracterizado pela relação entre governo e fornecedores e c) G2C, relação entre governo e cidadãos. As duas primeiras categorias ainda são as responsáveis pela maior parte dos investimentos já realizados até o presente momento.

A evolução das novas tecnologias pode ser usada para se incentivar e aprofundar a participação dos cidadãos na vida política do país. Para que se configure uma real democracia digital, é necessário o

desenvolvimento de políticas que reconheçam a existência de novos direitos, tais como o direito de acesso à rede, o que implica o combate ao analfabetismo eletrônico. Também o Estado deve utilizar as novas tecnologias, fazendo com que todas as instituições públicas forneçam pela rede as informações e serviços básicos sob sua responsabilidade. Tornar real o direito ao acesso, este seria um dos direitos fundamentais a ser garantido para todo e qualquer cidadão.

De maneira mais específica, pode-se dizer que o voto eletrônico é um passo pequeno diante das possibilidades abertas, tais como a participação direta do cidadão no processo legislativo, trazendo opiniões e iniciativas concretas. Pode-se até falar em democracia direta, factível com as redes disponíveis (ROVER, 2000, p 41).

O voto eletrônico ou e-voting, representa importante ferramenta a ser utilizada para aumentar a participação do cidadão em processos eleitorais e em determinadas convocações de cunho legislativo, como no caso do plebiscito e do referendo.

A utilização dessa tecnologia além de proporcionar rapidez e economia, amplia significativamente a participação popular em processos eleitorais, entretanto, essa modalidade de voto não supre em hipótese alguma a necessidade de discussão política prévia, a qual só é possível de ocorrer livremente dentro de determinados espaços públicos que garanta ampla liberdade política.

Por sua vez, a materialização dessas propostas só encontra legitimidade na medida em que for produto de organizações políticas e sociais que tenham essa finalidade. Como por exemplo, os partidos políticos ou outras formas de organização presentes na sociedade civil.

O voto eletrônico se apresenta como importante ferramenta, porém sem as condições necessárias de substituir o pensar crítico, a inteligência, a vontade e a autonomia de seu operador. Por outro lado, antes de fazer sua opção de voto o eleitor tem o direito de discutir em determinados espaços públicos suas convicções, a fim de formar o que Pierre Lévi chama de “inteligência coletiva”.

Hoje a rede internet já é uma boa mídia para a participação na política na medida em que pode ajudar as pessoas a interagirem com seus governantes, da mesma forma que facilita aos potenciais empresários se envolverem no mundo dos negócios de forma mais rápida e econômica. Como premissa verdadeira tem-se que as ações de mobilização não precisam correr pelos canais oficiais, sendo esta uma característica importante das relações de poder.

Por sua vez, os agentes governamentais devem estar aptos para ouvir e processar o que os cidadãos têm a dizer. Tudo isto tem a ver com o que Bobbio (1992) chama de novos direitos, isto é, o direito de acesso através dos meios eletrônicos. Esta nova realidade também foi chamada por Rifkin (2001) como era do acesso.

Evidentemente, o objetivo final do governo eletrônico é a universalização de serviços. Para isso, o acesso universalizado (TAKAHASHI, 2000) ao governo eletrônico é condição fundamental para sua realização.

Paradoxalmente, é este mesmo governo eletrônico que deve combater essa forma de exclusão a partir de iniciativas em várias frentes hoje identificadas pela expressão inclusão digital. O governo eletrônico busca de um lado cumprir sua função de informar os cidadãos sobre os investimentos realizados pelos governantes e por outro lado, facilitar a vida dos cidadãos através do acesso a documentos, reclamações e solicitações de seu interesse.

Tal instrumento proporciona maior transparência, visibilidade e acesso do cidadão na aplicação dos recursos públicos. Entretanto, esta ferramenta só possibilita a ação do cidadão após a tomada da decisão pelo governante, gerando assim um déficit de representatividade política nessa forma de decisão. A simples publicidade de atos em hipótese alguma supre a necessidade de se garantir a legitimidade de uma ação política. Essa legitimidade só será garantida na medida em que o cidadão participar direta (através do plebiscito ou referendo) ou indiretamente (através de

organizações sociais e políticas) na tomada de decisão sobre políticas públicas.

Propagandas governamentais na rede, anúncios de endereços eletrônicos de líderes políticos, publicidade de atos governamentais, organização de referendos populares, eleições pela internet nada mais são do que caricaturas de democracia eletrônica.

A verdadeira democracia eletrônica deve se fundamentar no pressuposto elementar: disponibilizar instrumentos para que o indivíduo possa atuar de forma orgânica, consciente e organizada. O pressuposto básico é de que os cidadãos devem participar ativa e efetivamente na formação das decisões governamentais e na busca de soluções de seus próprios problemas. Não basta o cidadão ser informado dos atos de governo. As decisões governamentais devem sempre se apresentar como extensão da soberania popular, jamais como decisões unilaterais. Para que o governo possa se qualificar como democrático suas características básicas devem estar alicerçadas nos princípios de legitimidade e de representatividade.

No caso do e-government o cidadão não possui qualquer meio que lhe possibilite participar antecipadamente das discussões sobre o mérito da decisão governamental que será implantada, presumindo-se, assim, que o pressuposto de representatividade da decisão já fora estabelecido pelo processo eleitoral.

Em síntese, o e-government se apresenta como excelente ferramenta capaz de complementar os princípios democráticos, por garantir visibilidade e transparência das decisões de governo, porém tal mecanismo não supre um dos requisitos fundamentais do regime democrático: a participação do povo.

Diante dessa perspectiva o e-governmet deve ser visto com precaução já que não é só com a publicidade de atos que se constrói uma democracia. Na lógica democrática toda ação praticada pelo governante deve necessariamente estar vinculada a vontade do soberano absoluto: o povo. Assim, o e-governmet deve ser encarado como importante instrumento de confirmação

daquilo que foi previamente deliberado pelo povo e não pela vontade unilateral do governante. Caso contrário, a simples inclusão de informações e dados no mundo virtual significará apenas uma forma do governante buscar a legitimação de seus atos individuais.

A complexidade oculta é muito grande e não precisa ser representada para o cidadão, que não necessita saber como o governo é organizado. Nem por isto a tarefa de minimizar os riscos é menor, exigindo permanente reengenharia dos processos e vigilância por parte das pessoas envolvidas.

A construção do governo eletrônico e da democracia digital não pode ser encarada como uma possibilidade, mas uma necessidade de busca de legitimação real em um mundo substancialmente mais complexo. Realizando-se, deixa de ser eletrônico ou digital e passa a ser apenas governo e democracia.

Porém, é preciso ter claro que a questão central de todo este processo não é tecnológica, mas cultural. É preciso compreender que as tecnologias ou as escolhas tecnológicas são produtos de relações sociais fortemente marcadas por padrões e determinações construídas ao longo da história da comunidade e dos indivíduos.

5 Referências

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. A Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida, 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo. A sociedade global do risco. Tradução de Selvino José Assmann. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/%7Ewfil/ulrich.htm>>. Acesso em: 21/03/2002.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasil, 1985.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

- GARCÍA-PELAYO, Manuel. Las transformaciones del Estado contemporáneo. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- GEHLEN, Arnold. Man in the Age of Technology. New York: Columbia Univ. Press, 1980.
- IANNI, Octávio. Tipos e mitos da modernidade. São Paulo: Cultrix, 2003.
- LEVY, Pierre. Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MEDEIROS, Nelma. O Homem Pós-Orgânico: Quarta Ferida Narcísica? <http://www.novamente.org.br>, março 2003.
- NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIFKIN, Jeremy. A era do acesso. São Paulo: Makron Books, 2001.
- ROVER, Aires José (Org.). Direito, Sociedade e Informática: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.
- TAKAHASHI, Tadao (Org.). Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. O pós-socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VIRILIO, Paul. Guerra Pura: a militarização do cotidiano. São Paulo: Unicamp, 1986.